V PLENÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: TRAJETÓRIA E CONSTRUÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Fernanda Abreu Nagem*
Sebastiana Almire de Jesus**

1 INTRODUÇÃO

Com a participação de aproximadamente 600 pessoas vindas de todos os estados da federação ocorreu entre os dias 9 e 13 de dezembro de 2012, na cidade de Luziânia, estado de Goiás, a V Plenária Nacional de Economia Solidária. O evento foi convocado pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), principal instrumento de expressão política do movimento de economia solidária no Brasil. Estiveram presentes no encontro representações de empreendimentos econômicos solidários, gestores(as) públicos municipais e estaduais, entidades de assessoria e fomento e militantes.

A V Plenária Nacional foi precedida por diversos encontros preparatórios, durante todo o ano de 2012 e envolveu mais de 10 mil pessoas em debates ocorridos em plenárias territoriais, estaduais, municipais e temáticas. No total, de acordo com informações do FBES, aconteceram 191 plenárias territoriais, 27 plenárias estaduais e 2 plenárias temáticas, cujos temas foram educação e finanças solidárias. Todo o debate da V Plenária foi balizado a partir das proposições elaboradas durante os eventos preparatórios, sistematizadas e organizadas em um documento síntese que orientou o trabalho do encontro.

O evento ocorreu após exatos dez anos da realização da I Plenária Nacional de Economia Solidária e representa uma trajetória de construção do movimento de economia solidária no Brasil, por meio da organização do FBES. Percorrer essa trajetória, do primeiro ao quinto encontro, é entender o próprio processo de construção desse campo no Brasil.

Nesse sentido, este texto possui duas principais propostas. A primeira é elaborar uma síntese sobre o processo de organização do campo da economia solidária por meio das cinco edições das plenárias nacionais de economia solidária e, a segunda, apresentar as principais questões tratadas durante a V Plenária Nacional de Economia Solidária.

---

* Doutoranda do Programa de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Estado e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ) e integrante da Cooperativa Educação, Informação e Tecnologia para a Autogestão (Eita).

** Integrante da Central de Comercialização de Economia Solidária (Campo Grande-MS) e da Coordenação Executiva do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

2 DA I À V PLENÁRIA: A TRAJETÓRIA DE CONSTRUÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Esta sessão abordará a trajetória das plenárias nacionais de economia solidária, ocorridas entre os anos de 2002 e 2012. Pela análise desses encontros, que articularam diversos atores do campo da economia solidária no Brasil, é possível evidenciar elementos importantes dessa caminhada.

Há um relativo consenso teórico de que as práticas no campo da economia solidária passaram a ganhar notoriedade no Brasil a partir dos anos 1990. A década foi marcada por uma profunda crise econômica e social que abalou e restringiu a oferta de trabalho assalariado. É nesse contexto que diversos atores do campo da economia solidária, dispersos desde então, iniciaram uma trajetória de articulação a partir de encontros e da atuação em fóruns de discussão.

O debate, sempre recorrente nesses encontros e espaços, é pelo reconhecimento e apoio ao trabalho coletivo, baseado nos princípios de autogestão, solidariedade e cooperação. Trata-se, assim, de uma trajetória marcada pela reivindicação ao direito à organização do trabalho autogestionário, em contraposição ao trabalho assalariado.

Esses encontros e espaços também propiciaram, paulatinamente, a elaboração de uma pauta mais unificada e que reunisse as demandas dos diversos atores envolvidos. É possível afirmar que essa pauta, marcada por uma diversidade de reivindicações, sempre esteve fortemente voltada para o diálogo com governos e o Estado brasileiro. Além disso, esses encontros e espaços também foram responsáveis pela crescente visibilidade política das práticas desse campo. Ou seja, cada vez mais regulares e contínuos, os fóruns, que progressivamente foram se institucionalizando, se tornaram fundamentais para a organização do movimento de economia solidária no Brasil, por propiciarem momentos de trocas, partilha, embates e oposições – elementos tão caros à construção da identidade de qualquer organização do campo social.

Neste sentido, o I Fórum Social Mundial, ocorrido no ano de 2001, em Porto Alegre (RS), é considerado um importante marco. O evento foi responsável por canalizar e proporcionar o encontro de diversas organizações e atores espalhados pelo país que desenvolviam atividades voltadas para a economia solidária. Dentre as diversas oficinas, verifica-se a primeira atividade cujo tema estava diretamente ligado à economia solidária: Economia Popular Solidária e Autogestão. Dentre os diversos pontos discutidos na oficina, que reuniu aproximadamente 1.500 pessoas, apontou-se a necessidade de organizar a economia solidária no Brasil, assim como articulá-la com experiências internacionais.[1]

Para tanto, foi constituído um grupo de trabalho, o GT Brasileiro de Economia Solidária.[2] Nascia, assim, um coletivo nacional cuja responsabilidade delegada foi a de promover a articulação e elaborar estratégias de organização da economia solidária, por meio de plenárias nacionais que desenvolveriam o debate em torno da construção de uma instância nacional.

1. Entre as experiências cooperativistas internacionais, talvez a mais conhecida e exitosa seja a do Complexo Cooperativo de Mondragon, na Espanha. Sobre essa experiência, ver Azevedo e Gitahy (2012).

2. As doze entidades e redes nacionais de fomento que em momentos e níveis diferentes participam do GT Brasileiro são: Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (Fase); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (ANTEAG); Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (Ibase); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)/Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS)/Central Única dos Trabalhadores (CUT); Unitrabalho; Rede Brasileira de Gestores de Políticas Públicas da Economia Solidária; Associação Brasileira de Instituições de Microcrédito (ABICRED).

Quanto à criação do GT, três questões chamam bastante a atenção nesse processo. A primeira delas diz respeito ao fato de que tal articulação nacional não ocorreu a partir da mobilização dos próprios trabalhadores integrantes dos empreendimentos solidários (cooperativas, associações, bancos comunitários, empresas recuperadas etc.) – relativamente numerosos e espalhados pelo país nesse momento –, mas sim das organizações que, na maioria dos casos, os assessoravam, o que permite inferir, por um lado, que há grande influência e importância, nesse contexto, de organizações dessa natureza e, por outro, revela a baixa capacidade de mobilização e articulação dos empreendimentos solidários. A segunda questão diz respeito ao fato de que em torno do GT articularam-se organizações de distintas naturezas, desde aquelas ligadas à Igreja Católica, até o meio acadêmico, o terceiro setor, sindicatos e movimentos sociais. Por fim, a terceira questão diz respeito à presença no GT de gestores públicos, através da Rede de Gestores Públicos de Economia Solidária.

Interessante perceber que a presença dos gestores públicos marcou a trajetória de construção da economia solidária no Brasil, a ponto de se tornarem e serem legitimados como um dos três segmentos desse campo no Brasil. A presença deles nos espaços de construção e do movimento, como os fóruns, tem sido pauta recorrente de discussão. Há os que defendem a permanência desse segmento e aqueles que argumentam sobre a necessidade da saída dos mesmos, pelo entendimento de que nos espaços do movimento não caberia a presença do Estado.

No contexto político mais amplo, no final de 2002, o Partido dos Trabalhadores (PT) ganhou as eleições presidenciais. Uma nova janela política abriu-se e o fato mobilizou o GT Brasileiro de Economia Solidária, que começou a discutir uma estratégia de incidência junto ao novo presidente eleito. Começou, assim, a ser desenhada a criação de um espaço institucional dentro do novo governo federal que viesse atender as demandas da economia solidária (Silva e Nagem, 2011).

Além disso, o GT também iniciou o processo de mobilização e preparação de um encontro nacional de economia solidária, que viria a ser a I Plenária Nacional. Cabe ressaltar que, já em 2002, alguns fóruns estaduais de economia solidária já existiam e se reuniam com certa periodicidade, como nos estados de Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Assim, ainda em 2002 ocorreu a I Plenária Brasileira de Economia Solidária, na cidade de São Paulo, que reuniu aproximadamente 200 pessoas de distintas partes do país. Mais uma vez, o GT Brasileiro de Economia Solidária desempenhou um papel estratégico no encontro, desde a sua organização até a mediação e condução.

Além de promover o encontro de diferentes atores, pode-se afirmar que a principal contribuição da I Plenária Nacional de Economia Solidária foi propiciar um debate em torno da criação de uma instância nacional da economia solidária e para a economia solidária. A proposta de criação de um fórum nacional nasceu a partir desse encontro. Da mesma forma, iniciou-se a elaboração de diretrizes e propostas que aglutinassem o campo da economia solidária no Brasil, isto é, uma plataforma de ação e uma carta de princípios.

Afora esses elementos, os participantes da I Plenária aprovaram e encaminharam uma carta ao recém-eleito presidente intitulada Carta ao Lula: Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento. A Carta ao Lula, além de descrever o "estado da arte" da economia solidária no Brasil, apresentava ao futuro governo federal as principais diretrizes e reivindicações do setor, como a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) dentro do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Importante frisar, como já foi dito, que nesse contexto as reivindicações estavam voltadas sobremaneira para o Estado, no formato de políticas públicas que viessem a atender as iniciativas desse campo. Algumas experiências de políticas públicas voltadas para o setor já estavam em curso no país desde meados da década de 1990, como nos estados do Rio Grande do Sul e São Paulo.

Em 2003, as mobilizações se intensificaram. Além de mais uma edição do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre (RS), as II e III Plenárias Nacionais de Economia Solidária também ocorreram nesse ano, bem como a criação da Senaes, ligada ao MTE, e do próprio FBES. Iniciava-se, assim, a consolidação de dois espaços distintos de atuação e reivindicação dos atores do campo da economia solidária no Brasil. Entretanto, a trajetória de construção desses espaços demonstra que houve constantes entrelaçamentos entre essas duas estruturas, chegando-se a confundi-las. Da mesma forma, também houve distanciamentos, o que reflete a própria relação sempre delicada entre sociedade civil e Estado.

Da mesma forma que em 2001, em 2003, o Fórum Social Mundial foi palco de mobilizações, encontros e construção de estratégias dos atores do campo da economia solidária. A II Plenária Nacional aconteceu durante o evento, presidida pelo GT Brasileiro de Economia Solidária. O evento reuniu aproximadamente 800 pessoas e contou com a presença de representantes internacionais da economia solidária. A ideia de se criar uma instância nacional avança e amadurece e, pela primeira vez, é construída uma agenda de mobilização nacional envolvendo uma estratégia de discussão pelos estados a fim se debater a criação de um espaço nacional permanente.

Ainda durante o II Fórum Social Mundial, o presidente Lula anunciou a criação da Senaes. A pasta é ocupada por Paul Singer, que passa, deste então, a assumir a cadeira de secretário nacional. Os principais cargos da nova secretaria são ocupados principalmente por ex-integrantes de organizações do campo da economia solidária, principalmente do setor da Igreja Católica e da universidade. O primeiro ano da Senaes foi dedicado à estruturação interna da secretaria, definição de orçamento, e de seu plano de ação. Cabe frisar que esse plano de ação foi fortemente influenciado pelas reivindicações já sistematizadas dos diversos atores da economia solidária. A nova secretaria assumiu, assim, e de modo integral, a plataforma de lutas do FBES como seu plano de governo (Nagem, 2011).

Na II Plenária, o GT Brasileiro de Economia Solidária é novamente legitimado como mobilizador dos debates rumo à III Plenária Nacional. Os debates aconteceram no primeiro semestre de 2003, e envolveram dezoito estados. Em junho de 2003, ocorreu a III Plenária Brasileira de Economia Solidária que contou com a participação de aproximadamente 900 pessoas, novamente em São Paulo. O FBES foi criado e legitimado nesse evento com a tarefa de articular e mobilizar as bases, fortalecendo os fóruns já existentes e fomentando a criação de outros em um processo de interiorização de espaços de debate permanentes por todo o país.

Ainda durante o encontro, grupos de trabalho discutiram e elaboraram diversas propostas acerca da concepção, composição, funcionamento e continuidade do FBES. Quanto aos encaminhamentos, deliberou-se pela criação de uma Coordenação Nacional do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, constituída por três representações de cada estado (dois representantes de empreendimentos e um representante dos gestores públicos ou entidade), além das organizações que integravam o GT. Foi aprovada, também, a criação de uma secretaria executiva, de caráter provisório, que trabalharia até a primeira reunião da coordenação nacional do FBES. Quanto a concepção, composição, funcionamento e continuidade do

FBES, deliberou-se que o debate seria aprofundado em debates nos fóruns estaduais. Além das ações voltadas para sua organização interna, caberia ainda ao FBES, a partir daquele momento, ser o principal responsável pela relação com os governos, em especial junto à recém-criada Senaes. Todo esse processo foi baseado na Carta de Princípios e na Plataforma de Lutas do FBES, aprovadas durante a III Plenária.[3]

Após a criação do FBES em 2003, quase cinco anos mais tarde ocorreria a próxima Plenária Nacional. Nesse período foi criada uma coordenação executiva, a partir dos representantes da coordenação nacional, que passou a desempenhar a função de acompanhar de forma sistemática as demandas cotidianas do FBES. Também foi criada, de modo permanente, uma secretaria executiva, de cunho operacional e com sede em Brasília.

Entre os anos de 2003 e 2008, quando aconteceu a IV Plenária Nacional de Economia Solidária, notou-se que o FBES avançou em sua capilaridade no território nacional. De 5 fóruns estaduais em 2002, passou-se a 17 em 2003, chegando a 27 no final de 2006. Assim, a partir de 2006, o FBES passa a estar presente em todos os estados da federação. Fóruns municipais, regionais e territoriais também passam a se organizar de acordo com as suas necessidades, demandas e características locais, além de possuírem também graus variáveis de organicidade e limitações de atuação e mobilização

As articulações internacionais, especialmente com os países da América Latina, por meio da participação do FBES na Rede Intercontinental para a Promoção da Economia Solidária (Ripess), também passam a ocorrer de modo mais sistemático. O FBES, cada vez mais, passa a participar e organizar espaços de discussão e troca com experiências internacionais, constituindo-se, gradativamente, em uma das referências de organização desse campo na América Latina.

Paralelamente, no campo da institucionalização de políticas públicas voltadas para o setor, o diálogo foi intensificado com a Senaes e, em 2006, com a posse do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES). Todo esse contexto forçou o FBES e suas instâncias a terem cada vez mais um papel político e estratégico frente às novas demandas e espaços de diálogos criados.

A partir de 2006 iniciou-se o processo de mobilização rumo à IV Plenária Nacional de Economia Solidária, cujo objetivo maior naquele contexto foi a reestruturação do FBES.

Percebe-se que a preparação para esse encontro foi mais elaborada, compreendendo etapas como sistematização dos encontros, encontros estaduais e regionais e plenárias estaduais. Foram dois anos de encontros e debates, o processo mais longo de preparação para uma plenária nacional.

Essa fase preparatória envolveu quatro momentos distintos. Na primeira etapa foram realizados encontros estaduais e encontros regionais denominados *Por um Novo Modelo de Organização da Economia Solidária*, em que foram discutidas a natureza e a estrutura do FBES. O tema não era novo. Entretanto, pela primeira vez, surgiu o debate sobre movimento social. Quanto à natureza, duas propostas estavam em pauta: FBES como movimento social ou um espaço de encontro dos diversos atores desse campo, ou seja, um instrumento do movimento. Houve um intenso debate nos encontros estaduais sobre a natureza do FBES, se espaço de articulação ou o próprio movimento de economia solidária. Na segunda fase ocorreu a sistematização dos resultados da primeira etapa, em que foram organizados a estrutura e os eixos a serem debatidos e encaminhados na IV Plenária. As Caravanas Rumo à IV Plenária constituíram a terceira etapa do

3. Material disponível em: <www.fbes.org.br>.

processo, com a realização de cinco seminários regionais, aprofundando-se questões prioritárias. Por fim, na quarta e última etapa ocorreram as plenárias estaduais, balizadas pelo *Documento de Aprofundamento aos Debates*, que compilava os eixos e questões centrais para o FBES. A partir desses debates foi organizado o documento base da IV Plenária Nacional.

A IV Plenária Nacional do FBES ocorreu em março de 2008, em Luziânia, estado de Goiás, e reuniu aproximadamente 400 pessoas. Dentre os diversos encaminhamentos, chama a atenção a definição do FBES como um instrumento do movimento de economia solidária, ou seja, um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da economia solidária como base fundamental de outro desenvolvimento socioeconômico do país. Esse debate retornaria em 2012, quando foi realizada a V Plenária Nacional. Como estratégia, foi deliberado que, primeiro, caberia ao FBES, a fim de cumprir sua função, a representação, articulação e incidência na elaboração e acompanhamento de políticas públicas de economia solidária e no entendimento com diversos atores e outros movimentos sociais, ampliando o diálogo e se inserindo nas lutas e reivindicações sociais. Segundo, o apoio ao fortalecimento do movimento de economia solidária, a partir das bases. Além disso, foram elencadas as bandeiras prioritárias e estratégias de ação para os eixos de: formação; marco legal; produção, comercialização e consumo solidários e finanças solidárias.

No que diz respeito a sua estrutura e forma de funcionamento, o FBES manteve os três segmentos de representação (empreendimentos de economia solidária, entidades de assessoria e gestores públicos), assim como as instâncias constituintes, no caso os fóruns locais (estaduais, microrregionais e municipais). Importante frisar que foram elencados critérios para reconhecimento e avaliação de tais espaços, que não foram revistos na V Plenária, assim como definidas as instâncias deliberativas, de gestão e apoio ao FBES. Ainda nesse encontro ficou decidido que a Plenária Nacional seria a instância máxima de deliberação do FBES, dando as diretrizes políticas para orientar a coordenação nacional e a coordenação executiva.

Também foram definidos, pela primeira vez, critérios para a participação das entidades nacionais na estrutura do FBES. Nesse caso, para que uma entidade integrasse a coordenação nacional teria de, obrigatoriamente, estar atuando em pelo menos sete fóruns estaduais. A maior crítica era de que parte expressiva das entidades nacionais, ligada historicamente ao GT Brasileiro de Economia Solidária, não possuía de fato uma atuação nas bases. O resultado do debate foi a redução drástica do número de entidades nacionais na estrutura do FBES, de dezesseis para cinco, permanecendo as seguintes: União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), Cáritas Brasileira, Instituto Marista de Solidariedade (IMS), Rede de ITCPs e Rede Unitrabalho. Cabe destacar que os gestores públicos passaram a integrar o FBES por representação regional e nacional, aumentando significativamente o número de representantes desse segmento nas instâncias nacionais do FBES

3 V PLENÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: BEM-VIVER, COOPERAÇÃO E A AUTOGESTÃO PARA UM DESENVOLVIMENTO JUSTO E SOLIDÁRIO

A V Plenária Nacional ocorreu entre os dias 9 e 12 de dezembro de 2012 e teve como tema *Bem-viver, Cooperação e a Autogestão para um Desenvolvimento Justo e Solidário*. A questão central do encontro foi: "(…) consolidar o tema bem viver e sua relação com a emancipação do ser humano, através da construção das práticas de solidariedade e cooperação".

A V Plenária foi organizada pelo FBES e contou com a presença de aproximadamente 600 pessoas oriundas de todas as regiões do país. Eventos preparatórios foram elaborados

durante o ano de 2012 e envolveram aproximadamente 10 mil pessoas em plenárias territoriais, estaduais, municipais e temáticas. A expectativa da V Plenária era de um encontro para todo o movimento de economia solidária, diferentemente do último encontro, que debateu e envolveu temas, sobretudo de caráter interno do FBES, como organicidade e estrutura.

Destaca-se em todo o processo preparatório a forte presença das mulheres, que chegaram a cerca de 70% do público que participou das atividades pré-plenárias, como também da seguinte proporção entre os segmentos: 60% de empreendimentos de economia solidária, 27% de entidades de apoio e fomento e 13% de gestores públicos. Durante a V Plenária também foi forte a presença das mulheres e dos empreendimentos econômicos solidários.

As atividades preparatórias, diferentemente das plenárias anteriores, contaram com a participação de diversos movimentos sociais, com maior presença dos movimentos feministas, da agricultura familiar e da reforma agrária, como também a participação do movimento de catadores de material reciclável, indígenas, cultura e educação popular, pescadores, sindicais, quilombolas, agroecologia, moradia, saúde mental, deficientes, desempregados, pastorais, pela democratização da comunicação, juventude, lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTs) e fundos de pasto. Cabe ressaltar que, nos documentos referentes à V Plenária, é clara a preocupação em aproximar e construir agendas comuns de luta entre o campo da economia solidária e os demais movimentos sociais. O fato reflete a progressiva aproximação da economia solidária com os demais espaços de articulação da sociedade, como também evidencia uma das características desse campo, que diz respeito à forte presença em seus espaços de debate de representantes de distintos movimentos sociais.

A aproximação com os movimentos sociais já era um dos pontos da pauta do FBES, pelo menos de forma mais evidente através de seus documentos, desde a IV Plenária em que foram convidadas representações e lideranças de movimentos sociais para participar do evento. Entretanto, como visto, a IV Plenária foi um momento de reflexão e definições internas do FBES no que diz respeito a sua estrutura e organicidade. O tema passa, realmente, a ganhar maior importância a partir desse momento e a V Plenária evidencia de modo mais claro a preocupação no que diz respeito à aproximação do FBES com outros espaços de articulação e lutas sociais. Neste sentido, diversos movimentos sociais foram convidados para espaços de visibilidade durante a plenária, como mesas de debate e o ato político ocorrido no último dia do encontro.

Três eixos orientaram o debate da V Plenária: *i*) orientação política do movimento; *ii*) orientação das ações do movimento; e *iii*) organicidade do movimento. Além dos debates em grupos de trabalho, miniplenárias e plenárias gerais, o evento foi marcado pela realização de mesas de debate político e de formação, que contaram com a presença de representantes de movimentos sociais, acadêmicos e militantes, que discutiram temas como: bem-viver, economia verde, movimentos sociais e economia solidária.

Diferentemente das demais edições, quatorze movimentos participaram da V Plenária, sendo eles: Movimento Indígena, Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, Movimento Quilombola, Articulação Nacional de Agroecologia, Via Campesina, Marcha Mundial de Mulheres, Articulação de Mulheres Brasileiras, Comissão dos Pontos de Cultura, CUT, Faces do Brasil, Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF), Comissão Pastoral da Pesca e Rede de Saúde Mental.

Importante ressaltar que, embora a proposta e a afirmação do FBES como movimento estivesse presente em diversas passagens do documento base da V Plenária (numa afirmação

da economia solidária como um movimento social) e entre as proposições sobre a natureza do FBES houvesse a que o definia como movimento social, a proposta não foi aprovada. A V Plenária manteve a atual natureza do FBES, ou seja, como um instrumento do movimento, um espaço que articula diversos atores desse campo no Brasil. No que diz respeito a sua estrutura, adicionou-se a criação de fóruns regionais de economia solidária a fim de se promover a interiorização, organização e articulação territorial da economia solidária. Cabe ressaltar que, em alguns estados, os fóruns de economia solidária já se encontram articulados regionalmente, como, por exemplo, o Fórum Estadual de Economia Solidária da Bahia.

Destaca-se ainda que a V Plenária Nacional de Economia afirmou, em sua Carta Política, que a "economia solidária é um contraponto ao capitalismo (…) uma forma diferente de organizar o trabalho, onde não temos patrão nem empregado, o trabalho é coletivo e autogestionário e a (...) principal preocupação é com as pessoas, com a vida, com o meio ambiente e não com os lucros".

Nesse mesmo documento estão presentes diversas reivindicações. Destacam-se aquelas dirigidas ao Estado brasileiro, tais como: *i*) que as políticas voltadas para o setor se tornem uma política de Estado e não de governo; *ii*) criação do Ministério da Economia Solidária e de Secretarias Municipais e Estaduais de Economia Solidária; *iii*) implantação de políticas públicas, organizadas a partir do território; *iv*) criação de Centros Públicos de Referência em Economia Solidária; *v*) criação de fundos públicos específicos; *vi*) criação de espaços de controle social e acompanhamento da elaboração dos Planos Plurianuais e Orçamentos Públicos; *vii*) inserção da economia solidária como modelo de desenvolvimento na educação formal; *viii*) fortalecimento do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário; e *ix*) uma reforma política ampla com financiamento público de campanha e participação popular, dentre outros. Quanto às reivindicações direcionadas à sociedade, destacam-se: *i*) organização de campanhas e práticas de consumo responsável; *ii*) vigilância e denúncia de qualquer tipo de exploração de uma pessoa por outra; e *iii*) participação e engajamento na luta da economia solidária em cada território, no dia a dia dos diversos homens e mulheres da cidade e do campo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2013, o FBES completará dez anos. Sua trajetória de construção se confunde com a própria construção do campo da economia solidária no Brasil, que tem no FBES sua principal expressão e organização política. Nesses dez anos é possível perceber avanços em termos de organização de *espaços públicos* de debates, como os fóruns

Apesar das dificuldades e fragilidades organizacionais, os fóruns são hoje no Brasil os únicos espaços mais amplos de debates sobre a temática e que envolvem diferentes atores sociais comprometidos com o tema. Atualmente, o FBES encontra-se presente e organizado em todo o país através de 163 fóruns locais, territoriais e estaduais de economia solidária. Além do debate, em tais espaços são elaboradas estratégias de ação e reivindicação. Um dos maiores ganhos políticos da V Plenária, reflexo de certo amadurecimento e organicidade dos fóruns, diz respeito ao fato de que tanto as atividades preparatórias, ocorridas nos estados, quanto a mobilização (política e financeira) para a participação dos representantes dos estados partiram dos fóruns estaduais de economia solidária. A V Plenária só foi possível pela capacidade de mobilização das bases do FBES em promoverem os debates e terem custeado a vinda de seus representantes.

Outro exemplo também recente foi o processo do Projeto de Lei (PL) nº 865 que mobilizou e levou os fóruns estaduais a organizarem audiências públicas para a discussão da

proposta que alterava a Lei nº 10.683, propondo a criação da Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa, cujas atribuições relacionadas à economia solidária (Senaes e CNES) seriam transferidas para a nova secretaria. Assim, entre 9 de maio e 28 de junho de 2011, a partir da mobilização e da articulação política dos fóruns, foram realizadas 23 audiências públicas estaduais e uma audiência pública nacional, com a participação de aproximadamente 2.500 pessoas. Como resultado, o FBES encaminhou à Presidência da República o documento de negociação do Movimento de Economia Solidária com o governo federal sobre o PL nº 865 contendo suas reivindicações.

Avançou-se também no diálogo e incidência na elaboração e implementação de políticas públicas para o setor. Algumas importantes políticas, como a do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SNCJS), o Mapeamento Nacional de Economia Solidária, a Rede de Bancos Comunitários, dentre outros, contaram com a forte participação do FBES e do envolvimento de suas bases.

Percebe-se, aliás, que, cada vez mais, programas e projetos voltados para a economia solidária estão sendo implementados, desde instâncias municipais até federais. Entretanto, há um vazio no que diz respeito a uma avaliação profunda sobre os impactos gerados por essas políticas. Além do mais, mesmo que essas propostas tenham se inserido oficialmente na agenda pública, ainda encontram-se *invisibilizadas no contexto geral das políticas sociais brasileiras, o que as torna* "restritas", "isoladas" e "marginais" (Cunha, 2012).

Quanto a composição, estrutura e funcionamento do FBES, alguns temas permanecem em estudo. No que diz respeito aos segmentos, é possível perceber que a presença dos gestores públicos em sua estrutura trata-se de questão em aberto, permanecendo certo desconforto sobre o tema. Com relação às entidades nacionais, inicialmente organizadas no GT Brasileiro de Economia Solidária, desde a IV Plenária, com a criação de critérios para a participação das mesmas nas instâncias nacionais, o debate parece ter sido superado, embora aparentemente o FBES tenha perdido força política e de articulação com a diminuição do número de entidades nacionais em sua estrutura. No que tange à estrutura, permanece a coordenação nacional, composta atualmente por quase cem pessoas, mas que pouco reflete, na prática, em articulação nacional do FBES. A nova aposta são os fóruns territoriais, proposta que procura solucionar as dificuldades de integração e interação regional e territorial.

A V Plenária Nacional de Economia Solidária sinalizou a importância da ampliação tanto do diálogo quanto da construção de estratégias comuns entre a economia solidária e os demais movimentos sociais. A construção de uma agenda e de ações comuns não foi ponto de pauta do evento – embora essa tenha sido a tônica de todo o processo preparatório, restringindo-se a diálogos sobre como os diferentes movimentos se organizam. Trata-se assim de mais uma questão em que o FBES precisa avançar.

Por fim, outro ponto importante diz respeito à natureza do FBES – movimento social ou instrumento do movimento –, tratando-se de outro tema em aberto. Nota-se que os fóruns são divididos quanto a esse debate, embora a maioria entenda e defenda o FBES como um espaço de articulação do movimento e não o movimento. Percebe-se, assim, que o FBES ainda constrói sua trajetória e identidade, a partir das vivências experimentadas.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, A. B.; GITAHY, L. Inovação, cooperativismo e autogestão: da escola técnica aos centros de P&D e à universidade na trajetória da experiência de Mondragón. **Revista isegoria – ação coletiva em revista**, v. 1, n. 2, 2012.

CUNHA, G. C. **Outras políticas para outras economias**: contextos e redes na construção de ações do governo federal voltadas à economia solidária (2003-2010). Brasília: UNB, 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, 2012.

NAGEM, F. A. **Os caminhos do programa economia solidária em desenvolvimento**. Viçosa: UFV, 2011. Dissertação (Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, 2011.

SILVA, S. P.; NAGEM, F. A. **A economia solidária na agenda das políticas públicas nacionais**: uma análise do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento. Brasília: Ipea, 2011 (Texto para Discussão, n. 1.682).

DOCUMENTOS CONSULTADOS

FBES – FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. *In*: PLENÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 3., **Ata...** 2002a. Disponível em: <www.fbes.org.br/index.phpoption=com_docman&task=doc_download&gid=28&Itemid=21>.

_____. *In*: PLENÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 3., 2002b (Relatório). Disponível em: <www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=29&Itemid=216>.

_____. *In*: PLENÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 4., 2008a (Relatório final). Disponível em: <www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=746&Itemid=216>.

_____. **Caderno de aprofundamento aos debates das plenárias estaduais rumo à IV Plenária Nacional de Economia Solidária**, 2008b. Disponível em: <www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=711&Itemid=216>.

_____. **Projeto de Lei nº 865**: balanço das audiências públicas e propostas de negociação do FBES junto à Presidência da República, 2011. Disponível em: <www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1452&Itemid=216>6.

_____. **Documento-base da V Plenária Nacional de Economia Solidária**, 2012a. Disponível em: <www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1694&Itemid=216>.

_____. **II Boletim Nacional da V Plenária Nacional de Economia Solidária**, 2012b. Disponível em: <www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1695&Itemid>.

_____. **Carta Política da V Plenária Nacional de Economia Solidária**, 2012c. Disponível em: <www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1700&Itemid=216>.